

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Enxurrada de greves

O governo tem plena consciência de que o reajuste salarial dos policiais será o propulsor de uma onda de greves do funcionalismo, no primeiro semestre de 2022. E como está difícil arrumar dinheiro para reajustar os salários de todos os servidores, a tendência é a ala bolsonarista do Parlamento vender à população a ideia de que a greve é política — para beneficiar o PT e desgastar o governo.

## Ganha tempo aí!

A ideia de fazer a consulta pública para depois decidir sobre a vacinação contra covid-19 para crianças entre 5 e 11 anos, tem um objetivo claro: postergar ao máximo a compra dos imunizantes.

## Primo rico

Na Esplanada, a informação que os deputados têm recebido é a de que só o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) tem recursos para liberar neste final de ano. É lá que alguns políticos vão tentar a sorte nesta manhã.

## Tem, mas acabou

Quem for passar pelo MDR pode perder a viagem. A equipe do ministro Rogério Marinho tem dito que já está quase tudo comprometido com as ações para atender os desabrigados pelas chuvas torrenciais na Bahia e para socorrer as populações do Sudeste e do Centro-Oeste, regiões que também estão sob risco.



## Tempo fechado

As relações entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o governo terminam o ano meio estremecidas por causa da demora na liberação dos recursos oriundos das emendas de relator. O deputado disse a pelo menos um ministro que jamais deixou de cumprir acordos, que é um homem de palavra e que os compromissos para aprovação da PEC dos Precatórios e do Orçamento para 2022 precisam ser

honrados. A maior reclamação dos parlamentares, hoje, é a de que um grupo do PL e outro do PP foi atendido, e os outros partidos ficaram a ver navios.

O risco de não cumprimento dos acordos para liberação de verbas é comprometer a agenda de votações importantes para 2022. O ano legislativo será curto por causa da eleição e, se a base ficar mal-humorada, os projetos de interesse do governo ficarão em segundo plano.

## CURTIDAS

**Olhar atento/** O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, passa este fim de ano de olho na tragédia provocada pelas chuvas. Nos últimos dias, a instituição já liberou o pagamento do saque do FGTS por calamidade para os municípios mais afetados, e adotou uma série de medidas para atender a população. Aliás, justiça seja feita: ministros e bancos oficiais estão totalmente focados no atendimento às vítimas da tragédia.

**Enquanto isso, em Santa Catarina.../** Os passeios de Jair Bolsonaro têm tirado o brilho das ações de seu próprio governo. E, para completar, ainda houve a recusa da ajuda oferecida pelo governo da Argentina. Deputados que apoiam o presidente já dizem, em conversas reservadas, que se o presidente continuar dando tantos tiros no próprio pé, não conseguirá caminhar para a reeleição.

**Flávia no deserto/** Por esses dias, a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda (foto), tem sido a última a sair do Planalto. Tudo para ver se consegue fechar a liberação das emendas e apaziguar a base.

Reprodução/TV Brasília



**Sobrevivemos e de tédio não morreremos/** Vamos esperar 2022 com boas energias. Que seja um ano saudável em todos os sentidos. Certamente, calmo não será. Vamos em frente. Feliz ano-novo!

# MEC contra a vacinação

Pasta proíbe universidades e institutos de exigirem imunização para volta às aulas presenciais. Despacho provoca reação

» INGRID SOARES

O Ministério da Educação (MEC) decidiu proibir instituições de ensino vinculadas ao governo federal — como universidades e institutos federais — de exigirem a vacinação contra a covid-19 para a volta às aulas em atividades presenciais. A portaria foi publicada ontem, no *Diário Oficial da União* (DOU), e assinada pelo titular da pasta, Milton Ribeiro.

“Não é possível às instituições federais de ensino o estabelecimento de exigência de vacinação contra a covid-19 como condicionante ao retorno das atividades educacionais presenciais, competindo-lhes a implementação dos protocolos sanitários e a observância das diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto

de 2021”, enfatiza o texto.

Ainda segundo o ministério, a exigência de comprovação de vacinação como meio indireto à indução da imunização compulsória “somente pode ser estabelecida por meio de lei, consoante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF)”.

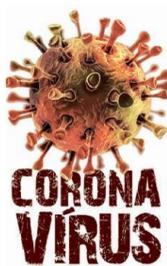
“No caso das Universidades e dos institutos federais, por se tratar de entidades integrantes da Administração Pública Federal, a exigência somente pode ser estabelecida mediante lei federal, tendo em vista se tratar de questão atinente ao funcionamento e à organização administrativa de tais instituições, de competência legislativa da União”, completa. Ribeiro também postou cópia do despacho nas redes sociais.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) caracterizou como

“inaceitável” a medida e frisou que o presidente “segue jogando a favor do vírus”. A entidade disse que continuará defendendo o retorno seguro às salas de aula.

“Lembrando que um dos critérios para qualquer tipo de reabertura no país, em shows, eventos, (qualquer tipo de aglomeração etc), é a apresentação da carteira de vacinação. Não pode ser diferente na universidade. Faz parte de um dos critérios para o retorno seguro das aulas”, escreveu.

A Universidade de Brasília (UnB) informou que “está avaliando, individualmente e com as demais universidades federais, por meio da Andifes (Associação dos Dirigentes das Instituições



Federais de Ensino Superior), o impacto na instituição do parecer da Procuradoria-Geral Federal e do despacho do Ministério da Educação sobre o comprovante de vacinação nas universidades e institutos federais”.

Na UnB, a exigência do comprovante vale para locais como o restaurante universitário e a biblioteca. A reitoria avalia a obrigação para as demais dependências.

## Resistência

Em nota, o Instituto Federal de Brasília (IFB) disse que manterá a exigência do comprovante de vacinação e aguardará um parecer do STF sobre o tema.

Essa não é a primeira vez que o governo se posiciona de forma contrária à imunização contra a covid-19. O Executivo federal resistiu, por exemplo, a deflagrar a vacinação de crianças de 5 a 11 anos, apesar da autorização dada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 16 de dezembro.

A atitude do governo tem sido alvo de uma enxurrada de críticas. O Ministério da Saúde abriu uma consulta pública a respeito do tema, disponível até o próximo domingo, e recomenda que a vacinação seja feita com apresentação de prescrição médica. Mesmo assim, pelo menos 15 estados anunciaram que não vão exigir a determinação médica.

O Ministério da Saúde afirmou que só dará uma resposta definitiva sobre a vacinação de crianças na quarta-feira.

## » Partidos irão ao Supremo

O PSol e a Rede anunciaram que vão entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a decisão do Ministério da Educação que proíbe universidades e institutos federais de exigirem comprovante de vacinação contra a covid-19 como requisito para a volta às aulas. “A portaria afronta a autonomia universitária e a saúde pública. É totalmente inconstitucional!”, afirmou Juliano Medeiros, presidente nacional do PSol.

